

A ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT COMO PROCEDIMENTO FILOSÓFICO DE PESQUISA

MICHEL FOUCAULT'S ARCHEOLOGY AS A PHILOSOPHICAL RESEARCH PROCEDURE

Tiago Brentam Perencini ¹

Resumo: *Análise o pensamento arqueológico de Michel Foucault como base teórica e procedimental para a minha contribuição ao presente dossiê. Circunstancio o seguinte problema: de que modo o pensamento arqueológico de Michel Foucault pode ser compreendido como um procedimento filosófico de pesquisa? A formação e prática discursiva são noções chave para a compreensão conceitual, teórica e procedimental como um jogo complexo de relações, que também relegam outros modos de dizer a verdade no tempo. A minha hipótese é que o modo descontínuo de analisar o discurso abarca uma problematização filosófica quando investiga a história, possibilitando tornar visíveis temas, objetos e conceitos tidos como periféricos pela historiografia filosófica. Em síntese, podemos com Michel Foucault pensar filosoficamente ao praticarmos a investigação histórica como diagnóstico de descontinuidade no tempo presente.*

Palavras-Chave: *Michel Foucault. Filosofia. Arqueologia do Saber. Formação Discursiva. Prática Discursiva.*

Abstract: *I analyze Michel Foucault's archaeological thinking as a theoretical and procedural basis for my contribution to this dossier. I outline the following problem: how can Michel Foucault's archaeological thinking be understood as a philosophical research procedure? Discursive formation and practice are key notions for conceptual, theoretical and procedural understanding as a complex game of relationships, which also relegate other ways of telling the truth in time. My hypothesis is that the discontinuous way of analyzing discourse encompasses a philosophical problematization when investigating history, making it possible to make visible themes, objects and concepts considered peripheral by philosophical historiography. In summary, we can think philosophically with Michel Foucault when we practice historical investigation as a diagnosis of discontinuity in the present time.*

Keywords: *Michel Foucault. Philosophy. Archeology of Knowledge. Discursive Formation. Discursive Practice.*

¹ Doutor em Filosofia da Educação (UNESP/Marília). Professor Adjunto Universidade de Pernambuco (UPE), Garanhuns, Pernambuco, Brasil: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5959393165444607>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7742-4387>. E-mail: tiago.brentam@upe.br

Introdução

Tematizo o pensamento arqueológico de Michel Foucault no presente artigo, como contribuição para o campo discursivo do dossiê *Linguagens, discursos e práticas de ensino*, da Revista Humanidades & Inovação. Tomo como principal referência o livro *A arqueologia do saber* [1969] (2008)¹, já que nele o pensador francês procura especificar o procedimento de análise do discurso e da história empregado em suas pesquisas anteriores: *História da loucura* [1961] (2005a), *Nascimento da clínica* [1963] (2013) e *As palavras e as coisas* [1966] (2007)². Muito embora tais escritos tomem por objeto a loucura, suas transformações com a clínica médica e o levante das chamadas ciências humanas, destacam, principalmente, um diferente procedimento de analisar as verdades e os saberes constituídos pelo – e no – homem historicamente.

Não diferente de seus escritos, Michel Foucault caracteriza-se como um pensador dificilmente classificável. No momento, afirmo que boa parte de suas reflexões estabeleceram um esteio entre áreas como a filosofia e a história. Dessa relação tateante, emoldura-se o problema ora investigado: de que modo o pensamento arqueológico de Michel Foucault pode ser compreendido como um procedimento filosófico de pesquisa? Vale mencionar que não pretendo fundamentar as naturezas dos campos “filosofia” e “história” para este pensador, mas sim analisar em que medida pode haver uma reflexão filosófica quando investiga a formação dos saberes na história, tomando nota de ambas as áreas em sua trajetória de pensamento.

Embora *A arqueologia do saber* caracterize-se como uma explicitação metodológica de pesquisas realizadas anteriormente, a minha hipótese é que ela abarca uma problematização filosófica acerca da formação discursiva pelo campo da descontinuidade histórica. À medida que vasculha os indícios documentais, Foucault questiona determinadas categorias analíticas e empíricas previamente admitidas e parece não privilegiar a compreensão meramente conceitual da verdade, mas possibilita identificar as condições para que novos – ou antigos – saberes fossem produzidos historicamente. Dessa relação, enfoca a formação da loucura e das ciências humanas em suas primeiras obras com a finalidade de mostrar de quais formas todo saber deslegitima outros modos de compreensão da realidade.

O objetivo geral de tal artigo é o aprofundamento teórico e metodológico do pensamento arqueológico de Michel Foucault. Nesse intento, a obra fundamental para o meu percurso será a própria *Arqueologia do Saber*, além de outros escritos foucaultianos e também da interpretação de alguns comentadores pormenorizados no curso do texto. A escolha deste livro como referência principal deve-se ao rigor analítico que o filósofo emprega ao explicitar o caminho seguido em investigações anteriores.

Embora possamos abordar *A arqueologia* de múltiplos sentidos, enfatizarei dois objetivos específicos que seguem de como o tratarei. O primeiro procura compreender por quais caminhos o pensamento arqueológico promove uma reflexão teórica e também procedimental singular quando enfoca a formação discursiva. O segundo pretende verificar a hipótese de pesquisa levantada, qual seja, se a descontinuidade histórica possibilita um modo de analisar filosoficamente a formação discursiva.

Se, por um lado, *A arqueologia do saber* procura sistematizar o procedimento empregado por Foucault até o momento, por outro lado, não podemos conceber este caminho enquanto um pensamento sistemático e acabado. Na *Introdução* dessa obra, Foucault expõe as fronteiras ainda tateantes de seu procedimento:

A cada instante, ele [o texto] se distancia, estabelece suas medidas de um lado e de outro, tateia em direção a seus limites, se choca com o que não quer dizer, cava fossos para definir

1 Mencionadas pela primeira vez no texto, os colchetes se referem ao ano de publicação da obra e os parênteses ao ano da tradução utilizada. Mantereí o mesmo formato para citações de demais livros do autor, posteriormente.

2 Embora um livro com o fim de precisar melhor as categorias da análise arqueológica já havia sido prometido no prefácio de *As palavras e as coisas*, *A arqueologia do saber* tem origem a partir de dois textos escritos em 1968, que foram respostas à questões formuladas por professores e alunos da École Normale Supérieure de Paris a Foucault. São eles *Resposta a uma questão* e *Sobre a Arqueologia das Ciências*. *Resposta ao Círculo de Epistemologia*, que constam em *Ditos e Escritos II* (2005b).

seu próprio caminho. A cada instante, denuncia a confusão possível. Declina sua identidade, não sem dizer previamente: não sou isto nem aquilo. Não se trata de uma crítica, na maior parte do tempo; nem de uma maneira de dizer que todo mundo se enganou a torto e a direito; mas sim de definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão – tentar definir esse espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda (FOUCAULT, 2008, p. 19).

Isso implica que algumas de suas estratégias analíticas e empíricas ganharão outra roupagem em obras posteriores³. Muito embora reconheçamos este pensamento que se (re)faz como modo de vida, em raríssimas ocasiões incidirei a minha análise em obras posteriores à *Arqueologia*, tomando nota do recorte de tal artigo, mas também pelo desafio em cartografar o pensamento de Foucault como modo linear de vida.

Gostaria que este trabalho fosse lido para além de uma mera exegese de texto. Em suas reescritas procurei fazer dele um ensaio de pensamento, participe da intuição filosófica, experiência possível enquanto um exercício de liberdade, em que se almeja mais o aprendizado de modos de pensar que a enunciação de verdades exegéticas. Que não me escape de assumir a primeira pessoa.

A Formação Discursiva

A *Arqueologia do saber* não pode ser entendida como um livro essencialmente sistêmico, com um método de análise rigorosamente definido. Alfredo Veiga-Neto (2004, p. 44 e 45) o define como uma longa estratégia reflexiva na seguinte passagem: “Não se trata de um livro teórico e, nem mesmo, de um todo afirmativo, mas tão somente de uma exploração de possibilidades. Na medida em que está inteiramente escrito no condicional, ela acaba funcionando como uma longa estratégia reflexiva”. O próprio Foucault diz ter escrito esse livro com o fim de estabelecer regras para si mesmo, à medida que as pessoas pareciam não compreender bem o que dizia em *As palavras e as coisas*. (FOUCAULT, 2006, p. 93).

Ela não é uma *história das ideias*, refém de um postulado antropologista, que a obriga a ser ostensiva ou disfarçadamente continuísta. (LECOURT, 1996, p. 46). Nem se pretende explicar, interpretar ou dizer o que o enunciado “realmente quis dizer” – brinquedo de expressões tão comuns para o *estruturalismo*. Tampouco a arqueologia é um estudo *gramatical, lógico ou psicológico* sobre como os discursos foram constituídos em um determinado tempo, sobre um determinado tema, por determinados sujeitos.

Lecourt (1966) aponta três categorias de pensamento que a arqueologia foucaultiana tem de abdicar se o seu objetivo é fugir a qualquer forma tradicional de análise. Lecourt as discrimina como a *gênese*, a *continuidade*, a *totalização*:

Gênese: todas as ‘regiões’ do saber são referidas, como sua origem à unidade de um sujeito individual ou coletivo.
Continuidade: a unidade da origem tem como correlato necessário a homogeneidade do desenvolvimento.
Totalização: a unidade da origem tem como correlato necessário a homogeneidade das partes. Tudo é coerente, mas não pode, segundo Foucault, produzir uma história verdadeira (LECOURT, 1996, p. 46).

3 Um claro exemplo disso é a noção de prática. De um ponto de vista discursivo, representa um domínio de análise acerca da episteme, que se configura principalmente na fase arqueológica. Posteriormente, amplia-se enquanto discursividade e não discursividade ao analisar os dispositivos. Intuo que essa interdiscursividade já se encontra presente como estratégia de pesquisa em obras como *História da Loucura*, e mais decisivamente, em *As palavras e as coisas*. Contudo, será melhor elaborada em outros textos, sobretudo os que se reúnem no que a edição brasileira intitulou *Ditos e Escritos I*.

Por isso, Foucault propõe que os documentos analisados sejam entendidos como *monumentos*. Desse modo, não se pode mais olhar para o documento histórico como uma matéria inerte a partir da qual se pode reconstituir o que os homens fizeram ou disseram.

Machado (2009) entende que tratar os documentos históricos como monumentos é considera-los em seu nível próprio, sem a ideia de origem que se remete sempre a outra coisa, mas na materialidade que os caracteriza. Cumpre referenciar a passagem desse comentador, que melhor o define:

Ela procura determinar as condições de existência do discurso tomado como acontecimento em relação a outros acontecimentos, discursivos ou não. Isso significa dizer que a arqueologia analisa os discursos como práticas que obedecem a regras de formação: dos objetos, dos modos de enunciação, dos conceitos e dos temas e teorias (...). Analisar as regras de formação do discurso é estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza. E essa positividade é a positividade de um saber e não de uma ciência. Quando a arqueologia descreve uma “formação discursiva”, determinando em seus quatro níveis suas regras de formação, aquilo que está sendo definido é um saber (MACHADO, 2009, p. 154).

Não só se define um saber, mas se pretende compreender quais foram as condições para que um determinado saber – e não outro – pôde surgir e se transformar na história.

Em uma instigante passagem de sua entrevista com Roger Pol-Droit, Foucault precisa o problema arqueológico da detecção do saber:

Existiu um funcionamento muito antigo de todo o sistema de saber em sua oposição ou sua independência em relação ao poder [Em específico na Grécia, a renúncia do poder possibilitaria a contemplação da verdade]. Hoje em dia, ao contrário, o que se questiona é a posição dos intelectuais e dos sábios na sociedade, nos sistema de produção, nos sistemas políticos. O saber aparece ligado, em profundidade, a toda uma série de efeitos de poder. A arqueologia é, essencialmente, esta detecção (FOUCAULT, 2006, p. 94).

Em última instância, investigar uma formação discursiva permitirá modos de compreender a relação entre saberes e poderes que legitimaram novos objetos e realidades de pesquisa.

Ainda que não seja fácil a compreensão da especificidade da *Arqueologia*, Esther Díaz⁴ (apud VEIGA-NETO, 2004, p. 50) compara a leitura arqueológica como a análise de um *iceberg*. Assim como o *iceberg* só revela para fora d'água uma mínima parte do seu volume, devemos investigar de baixo para cima a sua grande parte encoberta. O objeto está submerso, sustentando o visível do *iceberg*. Cumpre descobrir, abaixo das águas, os enunciados *não escondidos, mas também não visíveis* que formaram o discurso.

Dizer que o enunciado não se encontra escondido é afirmar que não há nele uma origem eterna e secretamente oculta. Por outro lado, concebermos o enunciado como *não visível* indica que não se encontra como uma unidade qualquer ao lado das outras, tampouco estando acima ou abaixo (por exemplo, das frases, proposições, enunciação, *speech acts*, etc). É preciso experimentar escava-lo, verticalmente - de baixo para cima - avançando as camadas do terreno, as dobras, as falhas, descobrindo nisso a que o homem intitulou de verdade histórica nas relações descontínuas de discursos que a sustentou, muitas vezes já esquecidos, dispersos, transformados em outra coisa totalmente diferente das que eram no passado.

Fiel à conceitografia foucaultiana, Luiz Orlandi especifica esse modo diferente de olhar para a história enunciativa:

4 Referência do livro em: DIAZ, E. La filosofía de Michel Foucault. Buenos Aires: Biblos. 1995.

Foucault sugere ‘uma certa conversão do olhar e da atitude’ para que se possa ‘reconhecer’ o enunciado e ‘considera-lo em si mesmo’ enquanto algo ‘investido’ nessas unidades, sejam elas frases e proposições ou ‘listas’, ‘séries casuais’, ‘quadros’, etc. O acesso a essa ‘quase invisibilidade’ do enunciado se dá quando, no exame da linguagem, por exemplo, se suspende tanto o ponto de vista do ‘significado’ quanto o ponto de vista do ‘significante’, para se prestar atenção às relações com ‘os domínios de objetos e de sujeitos possíveis’ e às ‘relações com outras formulações e reutilizações eventuais’. Uma nova maneira de ver se impõe, visto que o nível enunciativo, por encontrar-se ‘suposto por todas as outras análises da linguagem’, é sempre ‘neutralizado’ e mantido, assim, em sua quase invisibilidade (ORLANDI, 1996, p. 18).

Esse questionamento da ideia de continuidade na história foi possível, pois as pesquisas anteriores demonstraram que os saberes que constituíram o sujeito em sua história demarcaram transformações e rupturas⁵. Alfredo Veiga-Neto (2004, p. 50) entende que há uma dissonância entre o pensamento e a realidade porque, “numa perspectiva pós-estruturalista isso que chamamos realidade não é um dado externo a ser acessado pela razão, mas é, sim, o resultado de uma construção interessada”. Por isso, a arqueologia pretende investigar as condições que possibilitaram o surgimento e a transformação dos saberes.

A pesquisa acerca desses mesmos saberes exige que se tenha uma formulação teórica própria. Daí a ideia foucaultiana de descrever essas dispersões,

de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas (FOUCAULT, 2008, p. 42).

Desse modo, *A arqueologia do saber* trata da análise dos discursos para descrever uma dispersão. O seu objetivo é procurar estabelecer regularidades que funcionem como lei da dispersão, ou formar sistemas de dispersão entre os elementos do discurso como forma de regularidade (MACHADO, 2009).

Toda dispersão que estiver sujeita às mesmas regras que formaram um saber pode ser entendida como *formação discursiva*⁶. À luz do entendimento foucaultiano:

No caso em que se puder descrever, em um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008, p. 43).

5 Referência específica aos livros *História da Loucura*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, em que Foucault repensa a conceitografia e análise histórica que era feita pela École de Análise e pela própria filosofia da história hegeliana. A partir dessas pesquisas, há a suspensão de “o destino da racionalidade da teleologia das ciências, o longo trabalho contínuo do pensamento através do tempo, o despertar e o progresso da consciência, sua perpétua retomada para si mesma, o movimento inacabado, mas ininterrupto das totalizações, o retorno a uma origem sempre aberta e, finalmente, a temática histórico-transcendental” (FOUCAULT, 2008, p. 44).

6 À medida que Foucault postula essa estratégia conceitual, evita palavras demasiado carregadas de princípios e consequências, tais como “ciência”, “ideologia”, “teoria” ou “domínio de objetividade”, todas elas inadequadas para designar a dispersão de enunciados a que se pretende o filósofo francês.

Para existir uma regularidade discursiva é preciso haver *regras de formação*. Foucault as define como duas formas de condições. As primeiras são as “condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas)” (FOUCAULT, 2008, p. 43), bem como as “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Com isso podemos afirmar três coisas: a primeira indica que demarcaremos a formação de determinado discurso se formos capazes de descrever as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas. A segunda é que as regras - como condição para a descrição de uma formação discursiva - só podem existir enquanto *relações*. Machado (2009, p. 148) afirma que “são as relações entre objetos, entre tipos enunciativos, entre conceitos e entre estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade”.

A terceira, embora implícita, anuncia que se há unidade nessa descrição, ela não está na coerência visível e horizontal dos elementos formados, mas se encontra no próprio sistema que torna possível e rege a sua *formação*. Deve ser procurada no próprio discurso e não anterior ou posterior ao enunciado. Desse modo, Machado (2009, p. 153) complementa: “A arqueologia não se interessa pelos discursos possíveis, discursos para os quais se estabelecem princípios de verdade ou de validade a serem realizados; ela estuda os discursos reais, efetivamente pronunciados, existentes como materialidade”.

Ainda que as *regras de formação discursiva* sejam definidas e especificadas previamente, contudo, Foucault se coloca um novo feixe de perguntas sobre a sua unidade:

Como afirmar que individualizamos bem conjuntos discursivos, se, por trás da multiplicidade aparentemente irreduzível dos objetos, enunciações, conceitos e escolhas, utilizamos, de maneira bastante temerária, uma massa de elementos que não eram menos numerosos nem menos dispersos, mas que, além disso, eram heterogêneos entre si? Se repartimos todos esses elementos em quatro grupos distintos cujo modo de articulação quase não foi definido? E em que sentido podemos dizer que todos esses elementos descobertos por trás dos objetos, enunciações, conceitos e estratégias dos discursos asseguram a existência de conjuntos não menos individualizáveis que obras e livros? (FOUCAULT, 2008, p.80).

Foucault (2008) formulará três *observações e consequências*⁷ sobre as *formações discursivas* e as regras que formulou para responder às perguntas levantadas. A primeira delas é que um *sistema de formação* não “compreende somente a justaposição, a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos)” (p. 80 e 81). Mas estabelece a relação pela *prática discursiva*. Ora, não se fala aqui de uma atividade determinada que o sujeito pratica⁸.

Prática discursiva

Prática assume um caráter singular e fundamental para a arqueologia. Foucault (2008, p. 133) a define na seguinte passagem: “É um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Desse modo, há em todo discurso o conjunto dessas regras, que permitem a emissão do discurso. Não há discurso fora do sistema de relações (anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo

7 O itálico refere-se ao Capítulo 7 da Parte II de A arqueologia, cujo nome é Observações e consequências, onde se pode discutir as implicações das regras de formação discursiva enquanto teoria.

8 Segue a passagem completa onde Foucault (2008) define o que não são práticas discursivas: “Não podemos confundir-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais” (p. 133).

e no espaço) que o estruturam e constituem. Com efeito, as diferentes relações entre enunciados, que constituem os diferentes níveis e sistema de um discurso, não são independentes uns dos outros.

Existe, antes, um *sistema vertical de dependências*⁹, onde, especifica Foucault (2008, p. 81), “todas as posições do sujeito, todos os tipos de coexistência entre os enunciados, todas as estratégias discursivas não são igualmente possíveis, mas somente as que são autorizadas pelos níveis anteriores”. Em resumo, diremos que essas dependências de níveis tornam-se possíveis à medida que são previamente autorizadas pela *prática discursiva* admitida e, por fim, só a tal prática pode ainda transformar, reavivar ou excluir certos níveis futuros.

A *segunda* observação sobre as regras de formação dos discursos ressalta que o *sistema de formação* reside no próprio discurso. Foucault (2008, p. 83) define *sistema de formação* como:

Um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou a tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática.

Muito embora um sistema de regras tenha de ser colocado em prática para que tal objeto se transforme, tal enunciação nova apareça, tal conceito se elabore ou tal estratégia se modifique, não há a formação de um outro discurso.

O sistema reside nas fronteiras do próprio discurso, nesse limite em que se definem as regras específicas que fazem com que exista como tal. Por outro lado, ainda que o discurso seja o mesmo, a sua formação reside em diversas séries espaço-temporais. Como dito por Foucault (2008, p. 83), “ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos”. É pura dispersão entremeio aos tempos e aos espaços que, embora ainda identificáveis e correlatos a formação discursiva, são amplos e variáveis.

A *terceira* observação afirma que os sistemas de formação não constituem a etapa final do discurso, se entendemos por essa etapa um texto ou uma fala. Os sistemas de formação discursiva não são os estados terminais do discurso (pós-discursivos), mas sim as regularidades que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas. Tampouco esses sistemas são pré-discursivos. As regras de formação não fazem o movimento ascendente de ao pensamento extrair a conversa, ou de aos caracteres gráficos de um teclado de computador finalizarem com uma narração textual. As regras de formação permanecem na dimensão própria do discurso.

Em suma, Foucault entende que um discurso pode ser individualizado à medida que o entendemos como uma *dispersão* formada por um conjunto de regras anônimas e históricas que possibilitam à função enunciativa as suas transformações, destaque ou desaparecimento em um tempo e um espaço determinado. Não há justaposição nem autonomia absoluta no discurso, mas *relações* que se exercem em um *sistema vertical de dependência*, fazendo um nível sempre

9 Menciono integralmente os exemplos onde Foucault (2008) refere-se a esse sistema vertical de dependências: Considerando-se, por exemplo, o sistema de formação que rege, no século XVIII, os objetos da história natural (como individualidades portadoras de caracteres e por isso classificáveis; como elementos estruturais suscetíveis de variações; como superfícies visíveis e analisáveis; como campo de diferenças contínuas e regulares), certas modalidades de enunciação são excluídas (por exemplo, a decifração de signos), outras estão implícitas (por exemplo, a descrição segundo um código determinado); da mesma forma, considerando-se as diferentes posições que o sujeito do discurso pode ocupar (como sujeito que observa sem mediação instrumental, como sujeito que tira da pluralidade perceptiva os únicos elementos de estrutura, como sujeito que transcreve esses elementos em um vocabulário codificado, etc), há um certo número de coexistências entre os enunciados que são excluídas (como, por exemplo, a reativação erudita do já dito, ou o comentário exegético de um texto sacralizado); outras; ao contrário, que são possíveis ou requeridas (com a integração de enunciados total ou parcialmente análogos em um quadro classificatório). Os níveis não são, pois, livres uns em relação aos outros, e não se desenvolvem segundo uma autonomia sem limite: da diferenciação primária dos objetos à formação das estratégias discursivas existentes em toda uma hierarquia de relações (p. 81 e 82).

depender do outro em sua formação, admitidos enquanto regras anônimas, históricas e sempre determinadas no tempo e espaço (*prática discursiva*).

Por outro lado, isso não infere que a análise arqueológica, à medida que deve definir as regras de formação dos objetos, das enunciações, dos conceitos e estratégias, não possa privilegiar alguns desses níveis. Machado (2009) lembra que a exigência de análise nem sempre foi a mesma para Foucault:

No *Nascimento da clínica*, como a questão importante eram as modificações que se efetuaram nos tipos de enunciação do discurso médico, o estudo procurou, sobretudo, definir a regularidade que presidia essas modificações. Já *As palavras e as coisas* privilegiou o estudo das regras de formação dos conceitos, que se prestavam melhor à inter-relação dos saberes que se pretendia realizar (MACHADO, 2009, p. 148 e 149).

Tomando nota da passagem de Machado, cumpre questionarmos: Mas que relações estabelecem os tipos de enunciação do discurso médico com o nascimento da clínica? Ou ainda, que saberes se pôde constituir com o seu nascimento? Em essência, que relações se pode estabelecer entre as formações discursivas e os domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos)?

Ainda que permaneça nas fronteiras do discurso, a arqueologia não deve desconsiderar os acontecimentos não-discursivos. Como analisa-los arqueologicamente? Foucault sugere um caminho importante:

tais aproximações não tem por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (está é a pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica) (FOUCAULT, 2008, p. 183).

Com isso retornaríamos ao registro da universalidade que o filósofo tanto custou a refutar. A arqueologia pretende, por outro lado e por exemplo, descrever como e porque a prática política *faz parte* das condições de emergência, de inserção e de funcionamento do discurso médico.

Não há, portanto, a busca causal sobre como as instituições, os acontecimentos políticos, as práticas e processos econômicos determinaram o sentido e a forma do discurso médico, modificaram seus conceitos ou a estrutura teórica da patologia, mas como o discurso médico,

como prática que se dirige a um certo campo de objetos, que se encontra nas mãos de um certo número de indivíduos estatutariamente designados, que tem, enfim, de exercer certas funções na sociedade, se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são de natureza discursiva¹⁰

10 Foucault (2008, p. 184 e 185) exemplifica como a prática política faz parte das condições de emergência, de inserção e de funcionamento do discurso médico na passagem a seguir, que, embora longa, merece ser citada integralmente: essa relação pode ser assinalada em vários níveis. Inicialmente, no do recorte e da delimitação do objeto médico: não, é claro, que a prática política, desde o século XIX, tenha imposto à medicina novos objetos como as lesões dos tecidos orgânicos ou as correlações anatomofisiológicas; mas ela abriu novos campos de demarcação dos objetos médicos (tais como são constituídos pela massa da população administrativamente enquadrada e fiscalizada, avaliação segundo certas normas de vida e saúde, analisada segundo formas de registro documental e estático; são constituídos, também, pelos grandes exércitos populares da época revolucionária e napoleônica; com sua forma específica e controle médico; são constituídos, ainda, pelas instituições de assistência hospitalar que foram definidas, no final do século XVII e no início do século XIX, em função das necessidades econômicas da época e da posição recíproca das classes sociais). Vemos aparecer também a prática política e o discurso médico no status atribuído ao médico, que se torna o titular – não apenas privilegiado, mas quase exclusivo – desse discurso, na forma de relação institucional que ele pode ter com o doente hospitalizado ou com sua clientela particular, nas modalidades de ensino e de difusão que são prescritas e autorizadas para esse saber. Finalmente, podemos compreender tal relação na função que é atribuída ao discurso médico, no papel que dele se

(FOUCAULT, 2008, p. 185).

Enquanto que a “análise simbólica” estabelece entre o discursivo e o não-discursivo uma correspondência em que os reflexos se dão nos dois sentidos e uma “análise causal” procura situar os modos como as práticas políticas e econômicas determinaram a consciência dos homens e influenciam diretamente os seus discursos, cabe à arqueologia descobrir formas específicas de articulação, que são as condições de emergência, de inserção e de funcionamento sobre os quais pode se articular uma formação discursiva, análise que procura nos próprios discursos um tipo próprio de historicidade que definiu a existência e o funcionamento de uma prática discursiva.

Entendo que a procura nos próprios discursos por um tipo particular de historicidade, que define a existência e o funcionamento de uma prática discursiva, associa a identificação de uma formação discursiva à descrição dos enunciados. Foucault afirma que a formação discursiva constitui grupos de enunciados, isto é:

Conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância de mentalidades, ou a repartição de um projeto; mas que estão ligados no nível dos *enunciados*) (FOUCAULT, 2008, p. 131).

Os discursos são analisados no nível do enunciado, e o que circunscreve, delimita e regula um grupo de enunciados é uma formação discursiva.

Machado (2009, p. 152) lembra que não existe contração, mas sim correspondência entre discurso e enunciado, “correspondência que se realiza entre os quatro tipos de regras de formação que caracterizam uma formação discursiva e as quatro relações que determinam o modo de existência do enunciado”.

Por fim, Foucault (2008) enumera quatro proposições acerca dessa relação: (1) A análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente. Quando demarcamos as formações discursivas, o nível específico do enunciado revela-se. À medida que descrevemos os enunciados somos conduzidos à individualização das formações discursivas. (2) Desse modo, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. (3) Com isso podemos definir plenamente *discurso*:

Chamaremos discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Essa definição com embasamento no enunciado remodela o discurso como problema histórico. Não é ele constitutivo de formas ideais e intemporais que teria uma história própria. O problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo. Enquanto enunciado, o discurso é

Fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria

requer, quando se trata de julgar indivíduos, tomar decisões administrativas, dispor as normas de uma sociedade, traduzir – para “resolvê-los” ou mascarar-los – conflitos de outra ordem, apresentar modelos de tipo natural às análises da sociedade e às práticas que lhe são pertinentes.

história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos moldes específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Com isso, *prática discursiva* pode ser precisada. Foucault (2008, p. 133) começa com uma negativa: não se trata de uma “operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem como a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a ‘competência’ de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais”. Trata-se, por outro lado e ainda à luz da concepção foucaultiana, de “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133) enquanto *prática discursiva*. Esse ‘conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço’ a que se referiu Foucault, define também as condições para a existência das funções do enunciado (referencial, sujeito, campo associado e materialidade).

Dreyfus e Rabinow alertam que a teoria sobre as práticas discursivas é uma das mais importantes, porém das menos desenvolvidas em *A arqueologia*. Afirmam os autores:

Qualquer teoria que afirma, por um lado, que a prática discursiva é autônoma, mas, ao mesmo tempo, pretende mostrar que ‘a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, no entanto, um estatuto da pura idealidade e da total independência histórica’, deve explicar exatamente como as relações discursivas interagem com as primárias e secundárias. (...) Porém, Foucault, pouco discute isso na *Arqueologia do saber*. Ele apenas assinala o problema dizendo que ‘(...) o campo dos enunciados (...) é um domínio prático que é autônomo (apesar de dependente) e que podemos descrever em seu próprio nível (embora seja necessário articulá-lo sobre outra coisa além de si mesmo)’ (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 71).

Destacamos os elementos que formam a *prática discursiva* enquanto procedimento para analisar o discurso: (a) A arqueologia pretende descrever o conjunto de enunciados – o que foi, efetivamente, dito – que formam um discurso e essa formação dá-se enquanto prática discursiva. (b) O enunciado depende de uma diversidade de fatores não discursivos, porém a análise desses enunciados não se pode resumir ao “não discursivo”. Esse para-além do discurso apenas auxiliam que se encontre e estabeleça as regras da prática discursiva.

(c) Ainda que o discurso se utilize de vários fatores (sociais, técnicos, institucionais, econômicos, etc.) que auxiliam a prática discursiva, podemos afirmar que o discurso dita os termos de sua dependência. Dreyfus e Rabinow (1995, p. 73) justificam essa passagem da seguinte forma: “O discurso unifica todo o sistema de práticas, e que é apenas em termos desta unidade discursiva que os vários fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e pedagógicos se reúnem e funcionam de um modo coerente”. Portanto, a análise arqueológica deve se remeter no próprio nível discursivo – nem “pré-discursivo”, nem “pós-discursivo”.

Por fim, (d) A arqueologia tenta definir e descrever formas específicas de articulação entre as relações discursivas e as não-discursivas: logo, não há uma forma estruturada e pré-definida de análise. O discurso é formado por enunciados. Ou melhor, de conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação. Isso possibilita uma regularidade maior, donde se poderia nomear tais conjuntos como “discurso clínico”, “discurso econômico” ou ainda “discurso psiquiátrico”, etc.

A arqueologia é uma modalidade de análise do discurso que, compreendendo sua formação dispersa, não lhe confere um estatuto de verdade, mas o pensa como um feixe de relações entre

discursos e instituições. Todo este empreendimento desloca a busca de uma unidade temática para a relação entre dispersões enunciativas, formada por um conjunto de regras próprias entre os discursos, em nosso modo de questionar o tempo. Cabe ao arqueólogo, à medida que se depara com o conjunto de enunciados, descobrir as suas formas de relações.

Problemática filosófica

Dediquei-me, no presente artigo, ao aprofundamento teórico e procedimental do pensamento arqueológico de Michel Foucault, tomando como referencial primeiro o seu livro *A arqueologia do saber* [1969] (2008). Considerando que o próprio pensador francês procurou indicar e relacionar nessa obra a conceitografia utilizada em pesquisas anteriores, possibilitou-nos o embasamento de questões e do modo de proceder arqueologicamente, possibilitando um modo filosófico de problematizar e investigar a história.

No decorrer da pesquisa, percebi que o modo como Foucault analisa o discurso permite questionar a nossa interpretação sobre um conceito. O enunciado e o discurso não são definidos enquanto categorias de pensamento, onde indicariamos a sua estrutura formal, remetendo-nos a perguntas tais como “o que é o enunciado?” e “o que é o discurso?”. A procura por sua essência não se pode restringir a mera exegese conceitual, mas determina que articulemos cada noção em uma rede de relações, formada à medida que seus diferentes usos são feitos. O movimento é diferente porque visa a identificar suas condições de aparecimento, seus modos de repetição e de transformação que, por ventura, possibilitem uma existência intitulada ‘enunciado’ ou ‘discurso’.

Embora não seja este um modo que recorra às influências e ao legado da historiografia canônica em filosofia, entendo que o modo de proceder foucaultiano encontra uma grande relevância filosófica porque coloca constantemente o pensamento à prova, reativando e relegando hipóteses, recorrendo à intuição oferecida pela própria reflexão. Aliás, o pensamento arqueológico permite suspendermos o que consideramos por cânone filosófico. No caso de *A arqueologia do saber*, sistematizando teoricamente o que fizera em pesquisas anteriores, verificando em que condições se ampara um método cujo nome se pode atribuir como ‘arqueológico’.

Após essa trajetória de escrita, acredite-me em melhores condições para responder a problemática sobre de que modo o pensamento arqueológico de Michel Foucault pode ser compreendido como um procedimento de investigação filosófica. Sem qualquer pretensão de fundamentar as naturezas de “filosofia” e de “história” para este pensador, o meu propósito foi verificar como o pensamento arqueológico propicia um modo de reflexão filosófica quando investiga a formação e a prática discursiva.

Parto de uma consideração admitida por boa parte dos comentadores revisados (DIAZ, 1995; DREYFUS; RABINOW, 1995; MACHADO 2009; MUCHAIL, 2004; VEYNE, 2011): embora Foucault e suas temáticas sejam dificilmente classificáveis, podemos encontrar em seu pensamento o curso de uma reflexão problemática sobre o tempo, sobre como nos relacionamentos com esse presente que, inevitavelmente, não será mais. Para expor suas ideias sobre o tempo, este pensador precisa da história, incorrendo em um modo particular de se relacionar com a história.

Em breves considerações, não podemos aferir que Foucault faz uma filosofia da história, enquanto uma especulação sobre o devir humano, como fez Hegel, Marx ou até mesmo Nietzsche. Conquanto haja trabalhos seus de história da filosofia, sua preocupação estava longe de ser a historiografia. Salma Tannus Muchail (2004) identifica um movimento diferente entre ambos os saberes: “Foucault realiza um peculiar cruzamento entre a atividade do filósofo e a do historiador na medida em que, diferentemente da *prática* filosófica de *pensar* a história, *pensa* filosoficamente *ao praticar* a investigação histórica” (p. 86).

Tal declaração permite compreendermos a arqueologia não como um método que visa narrar os fatos no decurso de uma época, mas enquanto uma revisão das formações históricas que nos permite problematizar filosoficamente o presente: que condições me são dadas para que *eu* enuncie em meu próprio tempo? Este *eu*, para além de uma categoria universal, trata-se de um conjunto de posições singulares adotadas por parte de quem pode *se* falar, *se* ver, *se* ouvir, enfim, *se* viver. Este presente não é exatamente “melhor”, ou mais “aperfeiçoado” que os antecedentes. Esta

é a lição que o questionamento da continuidade histórica nos lega. Não há progresso na história, mas composições de forças que se fazem e se desfazem, sem que dela seja possível cravejar um fim.

O arqueólogo é quem faz o diagnóstico da descontinuidade. Sua função é demarcar de quais modos se tornaram os elementos heterogêneos no tempo. Para isso, há que se demudar o modo de ver, de sentir e de enunciar: Pouco pretende descrever como a verdade se constituiu, mas quais foram às condições para que determinada época pudesse atribuir valores de certo e de errado para as coisas. Desse modo, a grande ferramenta do arqueólogo enquanto pesquisador é o arquivo. Este é composto por sistemas de enunciados que podem se repetir de modo singular. Em cada sistemas há regras próprias que possibilitará demarcar a individualização de acontecimentos em uma escala de tempo. O arqueólogo escava os arquivos na tentativa de identificar como essas repetições singulares conferiram novas relações (produção, manipulação, utilização, transformação, troca, combinação, recomposição, destruição, etc.) em um tempo e em um lugar preciso.

Os discursos são compostos por um conjunto de enunciados, que dependem de um mesmo sistema de formação. Disso se segue que tais discursos estão para além de estruturas sistêmicas, formam uma regularidade maior, constituída por esse complexo jogo de regularidades próprias entre enunciados, por sua vez. Compreender a formação discursiva como investigação arqueológica é encarar a verdade não como um desenvolvimento feito pelo homem há milênios, oriundo de leis do pensamento, a partir de circunstâncias determinadas, mas como um jogo mais complexo de relações, que também relegaram outros modos de dizer a verdade no tempo.

Depois de tecer considerações ao problema de pesquisa, verifico afirmativamente a hipótese levantada. Considero que a arqueologia de Michel Foucault possibilita uma maneira filosófica de analisar a formação do discurso porque mostra que não existem objetos naturais, cientificamente ou historicamente neutros, mas que tais discursos são produtos de práticas, como “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133)¹¹. A problematização filosófica consiste em escavar os discursos a fim de desnudar as práticas que nomearam tal ou qual objeto, conceitos, temários e demais redes de relações tidas como verdadeiras. A filosofia aqui pode ser entendida como a atividade de descontinuar o que antes era tido como contínuo, universal, coerente.

A título de exemplo, Foucault mostrou que a loucura existe como objeto *em e por* uma prática discursiva. Isso altera significativamente a maneira como vemos e enunciamos o louco. A *história da loucura* apontou que o objeto intitulado “loucura” não é uniforme, cuja essência foi sempre a mesma, mas recortado por verdades múltiplas, historicamente produzidas e variadas.

O modo de fazer história em Foucault permite uma reflexão filosófica porque desnaturaliza a ideia de continuidade na formação dos objetos, como exemplifica Salma Muchail:

A hospitalização individualizada do louco nos hospitais comuns, durante a Idade Clássica, não foi avanço rumo à Modernidade, mas o resíduo ainda de uma percepção medieval e renascentista em que a individualidade do louco era de algum modo reconhecida, ainda que vagamente. [...] Ora, uma leitura histórica simplista veria na hospitalização comum os indícios de uma espécie de progresso rumo à Modernidade (MUCHAIL, 2004, p. 47).

Em suma, o arqueólogo investiga os rastros deixados pelos arquivos com o fim de demarcar quais conjuntos de relações permitiram a emergência de novos objetos.

Dito isso, a arqueologia foucaultiana como procedimento filosófico de pesquisa desloca profundamente a minha percepção e modo de investigar a realidade. Tem me permitido compreender de outra maneira o trabalho filosófico porque Foucault problematiza os pressupostos

11 A definição apresentada na Arqueologia contempla mais a noção de prática enquanto discurso. Conheço a amplitude desta noção para a conceitografia foucaultiana. Decidi, porém, não me enveredar no entremeio entre as práticas discursivas e não discursivas, que tende a caracterizar as instituições e os dispositivos, haja visto que o meu enfoque é a etapa arqueológica, itinerário em que as relações de saber se evidenciam mais que uma analítica do poder.

sobre um objeto de pesquisa quando privilegia temas tidos como periféricos pela tradição canônica (loucura, doença, sexualidade, medicina, etc.), mas que nos afetam hodiernamente. Não elege como referenciais teóricos a leitura dos filósofos clássicos, ao passo que a conceitografia filosófica encontra-se latente em suas obras.

A compreensão arqueológica justifica-se também no campo historiográfico, pois questiona os modos totalizantes de narrar a história, promovendo o deslocamento de uma razão progressista, para as práticas de escavação sob a dispersão enunciativa. Desnaturaliza a escolha de objetos de pesquisa para o historiador, já que encontrara um campo de alta densidade para a análise historiográfica quando investiga a loucura, por exemplo. Não menos importante, dilui categorias evidentes como “influência” e “origem”, atendo-se aos arquivos que o permitem fazer uma análise de acontecimentos dispersos.

Tendo aprofundado teórica e metodologicamente a reflexão arqueológica nesse dossiê, tal escritura promoveu em mim uma profunda reflexão sobre a maneira de investigar a filosofia, mostrando que as pesquisas nesse campo não precisam se restringir à pura exegese de texto ou a especificação conceitual *sobre* determinado autor. Procurei fazer desta escrita um exercício para pensar filosoficamente *com* Michel Foucault a sua *Arqueologia*; que esta experiência se faça como um pensamento sem morada, que se fez, refaz e se fará enquanto exercício de vida. Um modo de existir, enfim.

Referências

DIAZ, E. **La filosofía de Michel Foucault**. Buenos Aires: Biblos, 1995.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Editions Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Org. e seleção de textos. Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

LECOURT, D. A Arqueologia e o Saber. In: FOUCAULT, M. et al. **O Homem e o Discurso: A arqueologia de Michel Foucault**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MACHADO, R. A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas. **Revista Discurso (USP)**, São Paulo, Ano V, n. 5, 1974.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MUCHAIL, S. T. **Foucault simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004.

ORLANDI, L. B. L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, I. A. **Foucault vivo**. Campinas, SP: Pontes, 1987. p.11-42.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Recebido em 22 de maio de 2023.

Aceito em 13 de junho de 2023.